



Table with columns for 2018 and 2017, showing financial data for operations.

Table showing the composition of the credit portfolio by activity and client type for 2018 and 2017.

g. No exercício de 2018 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$ 6.152 (R\$ 1.781 em 2017).

7 Outros créditos - diversos: Créditos tributários de imp. e contribuições (Nota 17) e Adiantamentos diversos (a).

8 Bens não de uso próprio: Imóveis, Outros, Total.

9 Imobilizado de uso: Móveis e utensílios e instalações, Equip. de informática e sistemas, Outros imobilizações.

(\*) As taxas anuais de depreciação foram reavaliadas conforme exposto em laudo técnico...

Table with columns for Circulante, Exigível a longo prazo, and Depósitos a prazo.

Table with columns for Circulante, Exigível a longo prazo, and Depósitos a prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

Table with columns for Repasses no País - Finance, Total, and Exigível a longo prazo.

valor de R\$ 60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 09

Table with columns for Provisão, Possível, Depósitos judiciais, and Valor Quant.

Natureza: Trabalhista, Cível, Indenizatória, Ordinária, Cautelar exorbitária.

Movimentação da provisão para passivos contingentes: Saldo inicial, Constituição (reversão) de provisão, Saldo final.

15 Resultado de exercícios futuros: Comissão por financiamento.

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras empresas do Grupo.

Lucro líquido do exercício (-) Reserva legal, Base de cálculo dos dividendos, Dividendos limitados a 25% da base.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

Dividendos: As ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404.

através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco Socioambiental: Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, o Banco criou sua Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporou a variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

Gerenciamento de capital: O gerenciamento de capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

23 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários: O Banco é um dos patrocinadores de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto pois, conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerida pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas do Grupo Randon. O Banco reconhece sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quando aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados anualmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investidos no plano para fundos, crescimento salarial, índice de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo; Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado; Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício; Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. E reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização. Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estimativas e outros fatores, o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desoncos, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia, são baseadas em estudos de aderência realizados pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade com a aplicação das probabilidades das tábuas "Experiência Empresas Randon no período 2008-2012" e hipóteses de mortalidade e de invalidez conforme estudo de aderência realizado em novembro de 2016. A última avaliação atuarial foi concluída em 31 de dezembro de 2018 e foi realizada por atuários independentes. As contribuições efetuadas no exercício montaram R\$ 4 (R\$ 4 em 2017). As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício líquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial.

Table with columns for Semestre, Exercício, Exercício, and Valor Quant.

Adições temporárias: PCLD, Receitas diferidas, Rendas de garantias, Financ. de funcionários no resultado (PLR), Conting. trabalhistas, Provis. garantias financ. prestadas, Marcação a mercado, Outros, Ativo fiscal diferido (Nota 7).

Adições temporárias: PCLD, Receitas diferidas, Rendas de garantias, Financ. de funcionários no resultado (PLR), Contingências trabalhistas, Outros, Prejuízo fiscal, Base Negativa, Ativo fiscal diferido (Nota 7).

Patrimônio líquido: Randonprev aval. atuarial. Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Despesa líquida com benefícios: Custo do serviço corrente, Custo dos juros sobre as obrigações de benefícios, Receita de juros sobre ativos do plano, Juros sobre o superávit irrecuperável, Custo do benefício definido no resultado, Rendimento real dos ativos do plano, Ativo (passivo) de benefícios.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 6,63% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.369 (R\$ 7.041 em 2017 à taxa de 6,51% a.a.).

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do Banco Randon S.A. Caxias do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, os assuntos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade e o uso dessas informações contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades

dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência relevante sobre a representação razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude envolve o envolvimento de controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas

contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 11 de março de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/F-7 Cristiano Jardim Secúrio Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Administração de Administração do Banco Randon S.A. Caxias do Sul - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, os assuntos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade e o uso dessas informações contábeis na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades

dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria